

FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGPROJ
EDITAL PET 2010 - Edital n° 09

PROCESSO N°:
SIGPROJ N°: 58698.322.37511.14092010

1. Introdução

1.1 Identificação da Proposta

Edital: PET 2010 - Edital n° 09
Instituição: UFG - Universidade Federal de Goiás
Código e-MEC: 584
IGC: 345
Unidade Geral: UGP - Unidade Geral Padrão
Unidade de Origem: UOP - Unidade de Origem Padrão
Início Previsto: 01/12/2010
Tutor: Rogério Ferreira / Docente

Dados da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação ou Órgão Equivalente

Nome do Órgão: Pró-Reitoria de Graduação
Sigla: PROGRAD
Nome do(a) Pró-Reitor(a): Sandramara Matias Chaves
Telefone: 62-35211070
E-mail: prograd@prograd.ufg.br

Dados da Pró-Reitoria de Extensão ou Órgão Equivalente

Nome do Órgão: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Sigla: PROEC
Nome do(a) Pró-Reitor(a): Anselmo Pessoa Neto
Telefone: 62-35211329
E-mail: ufgproec@gmail.com

1.2 Cursos

Escopo de Grupo PET que mais se identifica com a proposta

Curso Específico

Cursos de graduação aos quais o grupo está vinculado

Nome do Curso	Conceito ENADE	Código e-MEC
Licenciatura Intercultural Indígena	0	118005

1.3 Caracterização da Proposta

Área de Conhecimento:	Ciências Humanas » Educação » Tópicos Específicos de Educação
Lote:	Lote I: um novo grupo, por IFES, que envolva exclusivamente
Temas:	estudantes de graduação de comunidades indígenas PET/Conexões de Saberes

1.4 Descrição da Proposta

Resumo da Proposta:

Essa proposta se destina ao PET, Conexão de Saberes, e se contextualiza no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás (UFG), o qual atende os povos indígenas da região Araguaia-Tocantins. As ações que a constituem perpassam por ensino, pesquisa e extensão e podem ser assim brevemente descritas:

- Espaço continuado de debate: Trata-se de um fórum permanente de debate acerca da Educação Escolar indígena e dos modos tradicionais de educar dos povos indígenas;
- Oficina permanente de produção de recursos didáticos específicos: a oficina intenciona gerar diretrizes para a produção de recursos didáticos contextualizados nas realidades de cada povo indígena, bem como efetivar a produção dos mesmos;
- Memória educacional indígena: criação de um arquivo eletrônico e impresso relativo às experiências docentes indígenas realizadas nas escolas das aldeias em que trabalham;
- Coral Aoxekato: Trata-se da formação de um coral de natureza intercultural, com a participação direta de alunos de todas as etnias participantes da Licenciatura Intercultural.

Com essas ações espera-se contribuir para uma transformação qualitativa das realidades educacionais presentes nas aldeias, respeitando os saberes e desejos das comunidades indígenas, bem como contribuir de modo cooperativo para o fortalecimento da formação dos licenciandos indígenas da UFG.

Contexto e Articulação do Projeto Pedagógico Institucional:

A UFG, instituição pública de ensino superior criada pela Lei N.º 3834C de 14 de dezembro de 1960 e reestruturada pelo Decreto N.º 63.817 de 16 de dezembro de 1968, tem como missão gerar, sistematizar e socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade. Além disso, tem por finalidade sistematizar e produzir conhecimentos, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, objetivando alcançar uma sociedade mais justa, em que os cidadãos se empenhem na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

Com essas diretrizes, deixa-se transparecer o quão próximas estão as intenções do PET – Conexão de Saberes – e da UFG no que tange à construção de uma sociedade mais justa, que respeite a história do país e valorize as diferenças étnicas que formam a população brasileira. Essa conscientização

convergente relativa às causas sociais brasileiras e, em particular, às causas indígenas, tem ficado cada dia mais evidenciada – e tem sido eticamente exigida – por meio de preocupações nacionais e internacionais de ordem político-educacional acerca das marginalizações a que foram submetidos os povos indígenas por todo o mundo.

Neste contexto, a emancipação dos povos indígenas, como povos colonizados, é uma discussão cada vez mais freqüente em muitas partes do mundo. Aliado a isto, está também, em franco desenvolvimento, a discussão dessa emancipação no âmbito da educação – abrindo espaço para um sistema educacional que possa ir ao encontro das particularidades culturais de cada grupo étnico, situados em um mundo tecnológico moderno. Um dos enfoques tem sido o desenvolvimento das instituições educacionais – a escola da e na aldeia – cada vez mais nas mãos dos próprios indígenas, sob a orientação/liderança de cada um dos povos.

A UFG está engajada nesse processo e tem buscado fazer do universo indígena não algo fantasioso e distante, mas algo continuamente presente no âmbito das tomadas de decisão que ocorrem na gestão universitária, seja no que tange ao ensino, pesquisa ou extensão. No que diz respeito especificamente ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFG, iremos esclarecer a estreita relação existente entre essa proposta, o PPP e as diretrizes do edital PET 2010 – MEC/SESu/SECAD – Conexão de Saberes – no terceiro tópico (intitulado “A Licenciatura Intercultural Indígena da UFG”) da seção destinada à justificativa de implantação do PET.

Palavras-Chave:

Educação Escolar Indígena, Interculturalidade, Recursos didáticos específicos, Memória educacional indígena, Coral intercultural

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

Essa proposta foi construída mantendo atenção permanente a cada uma das exigências do edital PET 2010 – MEC/SESu/SECAD – Conexão de Saberes. Ressaltamos a seguir alguns aspectos que julgamos relevantes para a avaliação da proposta:

- Quanto à infra-estrutura, está sendo construído um prédio próprio para a Licenciatura Intercultural Indígena no Campus 2 da UFG, com projeto baseado em arquiteturas indígenas, cuja obra será entregue em dezembro de 2010. Caso essa proposta do PET – Conexão de Saberes – venha a ser aprovada, como contrapartida da universidade, estará reservada uma sala para o PET neste novo espaço, bem como estarão disponíveis os espaços laboratoriais, salas de aula, dentre outros, para o pleno funcionamento e gestão do programa;
- Essa proposta compreende e prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- O desenvolvimento do conjunto de ações propostas neste documento pretende corroborar para a minimização da evasão e retenção em meio à Licenciatura Intercultural Indígena da UFG;
- O uso tecnológico irá participar ativamente das ações propostas;
- Serão ofertados aos estudantes do programa, a título de contrapartida da UFG, temas contextuais voltados à redação ou português instrumental (em uma perspectiva bilíngüe, isto é, valorizando as línguas indígenas como línguas primeiras), língua estrangeira, metodologia científica, bem como se procurará atender às demandas dos estudantes no que tange à participação em eventos e aquisição de materiais;
- A seleção dos estudantes indígenas bolsistas para participação no PET dar-se-á do seguinte modo: o estudante estará apto a participar do programa se sua moradia familiar estiver localizada em aldeias indígenas, sua renda familiar percapita for de até um salário mínimo e meio (em harmonia com o artigo 5º do decreto governamental nº 7234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES), sua proveniência for da rede pública de Educação Básica (pelo menos em nível médio), se não acumular qualquer outro tipo de bolsa, se estiver cursando até o quarto semestre da Licenciatura Intercultural Indígena da UFG e, por fim, se os pais tiverem baixa escolaridade (no máximo até o nível fundamental completo). Dentre os interessados que atenderem a esses requisitos, serão selecionados aqueles que tiverem perfil acadêmico mais próximo às características do projeto, sendo apenas um

bolsista por etnia (esse último critério busca oportunizar a participação no projeto de todas as etnias indígenas presentes na Licenciatura). A avaliação relativa à proximidade do perfil do aluno com as ações do projeto será realizada pelos Comitês de Orientação de cada povo, os quais estruturam uma dinâmica de avaliação continuada no âmbito da Licenciatura Intercultural. Cada Comitê Orientador acompanha de perto, nas aldeias e na UFG, os alunos de cada etnia, desde o seu ingresso no Curso e, devido aos registros processuais que realiza, constitui a instância de maior competência para promover a referida avaliação. Só poderá haver mais de um bolsista da mesma etnia, caso não existam interessados de outros grupos étnicos aptos a concorrer. Além disso, só poderá ser selecionado um aluno que não estiver cursando um dos quatro primeiros semestres, caso os interessados aptos não completarem as vagas oferecidas.

1.4.1 Justificativa

São vários os fatores que justificam a implantação do Programa de Educação Tutorial, em sua modalidade Conexão de Saberes, junto ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFG. A fim de organizá-los e mais bem desenvolvê-los nessa proposta, faremos uso de três subseções, a saber:

- A) Educação escolar Indígena;
- B) A realidade indígena na região Araguaia-Tocantins
- C) A Licenciatura Intercultural Indígena da UFG

Então, vamos a elas:

A) Educação Escolar Indígena

A perda da identidade cultural de um povo tem força suficiente para torná-lo frágil, vulnerável e inconsciente do contexto que o engloba. Em um mesmo sentido, um processo educacional escolar que não busca fortalecer os elementos da realidade dos aprendizes funciona como transformador de valores, o que interfere diretamente na luta pela sobrevivência. Os processos escolares, segundo consenso entre educadores e antropólogos, devem ser orientados pelos próprios indígenas, membros dos respectivos grupos onde a escola está inserida.

Apesar de a Constituição brasileira de 1988 propiciar às comunidades indígenas brasileiras o direito de utilizar processos próprios de aprendizagem nas suas escolas, ainda persiste uma estrutura que flui em detrimento da cultura indígena. A promulgação da lei, apesar de apresentar uma direção significativa, não é o fator que determina a utilização de práticas transformadoras. Por meio da pesquisa, ensino e extensão pautados em princípios éticos e na consciência da alteridade resultados significativos poderão surgir a favor da construção de uma educação escolar que tenha por princípio o respeito à diferença.

De acordo com as Diretrizes para a Política da Educação Escolar Indígena publicadas em 1994, a escola indígena deve ser diferenciada, culturalmente situada, ao mesmo tempo que intercultural e bilíngüe, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir uma educação escolar indígena efetiva. Ainda em acordo com as referidas diretrizes, todos os agentes importantes para execução das exigências propostas devem estar envolvidos numa divisão de tarefa com os governos municipais e estaduais, com o apoio do Ministério da Educação, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), das instituições universitárias, entre outros. Esse é um fator a mais que acena para a importância da implantação de programas acadêmicos que oportunizem a construção de uma escola indígena harmonizada aos quereres do povo ao qual se destina.

Vale ressaltar que, preocupados com as rápidas transformações que vêm ocorrendo nas suas comunidades e cientes dos prejuízos que estas trazem às populações em que vivem, alguns professores indígenas da região Araguaia-Tocantins, assumindo o papel de pesquisadores, vêm desenvolvendo projetos voltados para o fortalecimento das suas raízes. Deste modo, vêm concretizando novas fontes de pesquisa e ação para todos, o que em muito contribui para um recontar da história dos povos indígenas brasileiros.

Diante das justificativas anteriores, torna-se fundamental e urgente compreender o papel que a

Licenciatura Intercultural da UFG tem exercido nas escolas destinadas aos povos indígenas brasileiros e, em particular, aos povos indígenas residentes nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato-Grosso e Maranhão, bem como o papel que ela pode exercer no contexto de uma postura dialógica de respeito à diferença. Essa proposta de implantação do PET (Conexão de Saberes) visa ser útil, por meio das atividades que pretende desenvolver – como ficará evidenciado mais a frente no espaço dessa proposta destinado à descrição das atividades –, enquanto parâmetro à elaboração de programas pedagógicos que conduzam o ato de aprender ao encontro da realidade cultural na qual está inserida, seja ao nível da formação do aluno, seja na formação do professor. Ao identificar processos utilizados na construção de conhecimentos indígenas, esse programa poderá desvelar aspectos ocultos, obscuros ou, até, reprimidos, o que representará uma ajuda a favor da busca pela vitalização das identidades indígenas. Além disso, a escassez de recursos e ações, em meio à interculturalidade, que possibilitem a inserção político-científica dos professores indígenas em espaços importantes presentes na estrutura social brasileira, faz dessa proposta uma oportunidade ímpar para a valorização dos modos de refletir e agir dos professores indígenas em formação.

B) Povos indígenas na região Araguaia-Tocantins

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFG é destinado aos povos indígenas que se situam na região Araguaia-Tocantins. É flagrante a necessidade que esses povos têm de definir ações de defesa de seus direitos, adotar políticas de manutenção de suas línguas e culturas maternas, de suas terras, além de traçarem políticas de desenvolvimento sustentável, onde se enquadra fortemente a necessidade de construção de escolas indígenas diferenciadas que sejam efetivamente representativas da identidade cultural de cada povo. Esses fatores fazem ganhar corpo o rol de justificativas acerca da implantação do PET – Conexão de Saberes – proposta por meio desse documento. Mas, que povos são esses? (A ilustração da região Araguaia-Tocantins está disponível nos anexos dessa proposta). Passaremos, então, a descrever brevemente sobre os povos indígenas que vivem na referida região.

Dentre os povos atendidos pela Licenciatura Intercultural da UFG, estão os Karajá, os Tapuia e os Avá-Canoeiro, residentes no estado de Goiás. Esses povos mantêm relações de parentesco e de intercâmbio cultural com indígenas de outros estados, tais como os Xerente e os Krahô, residentes no estado do Tocantins. Os Avá-Canoeiro também mantêm relações com os indígenas do Tocantins, sobretudo com seus parentes Avá-Canoeiro, habitantes da Ilha do Bananal-TO. Esses, por sua vez, mantêm relações com os Javaé. Os Tapuia são formados por famílias de ascendência Karajá, Javaé, Xavante, Kayapó e Xerente, com os quais mantêm vínculos históricos importantes para a composição de sua identidade étnica.

Os Timbira vivem a leste do rio Tocantins, na região sul do Maranhão que faz divisa com a região norte do Estado do Tocantins. Os Apinajé vivem no interior da ponta – popularmente conhecida por “Bico do Papagaio” – formada pela confluência do Rio Tocantins com o Rio Araguaia. Vale destacar que todas as sociedades Timbira falam línguas semelhantes (família Jê e tronco Macro-Jê), podendo, portanto, se comunicar de modo efetivo.

Os Krahô e os Apinajé mantêm antigas relações. Os Apinajé, por exemplo, se casam em aldeias Krahô e vice-versa. Em tempos mais recentes, quando ocorreu a questão da invasão e demarcação das terras Apinajé, tanto os Krahô como seus vizinhos mais meridionais, os Xerente, enviaram homens para aumentar o contingente de defensores dos Apinajé. Percebe-se, portanto, que a região atendida pela Licenciatura Intercultural Indígena da UFG reflete variadas relações entre as etnias indígenas, as quais refletem causas comuns. Entre elas, destaca-se, na atualidade, a que se refere à efetivação de escolas diferenciadas em cada uma das aldeias, ponto que poderá ser fortalecido por meio da construção de um grupo do Programa de Educação Tutorial com as características apontadas pelo edital PET 2010 em sua modalidade Conexão de saberes (Lote I).

Os Karajá, e também os Javaé, embora não sejam Jê, pertencem ao tronco Macro-Jê. Esses indígenas vivem na Ilha do Bananal, bem como em suas proximidades, às margens do Rio Araguaia. No passado, tanto esse povo quanto o povo Apinajé foram importantes no transporte fluvial, como remadores. Entretanto, estes últimos, por múltiplos motivos, acabaram por se afastar do Araguaia e da vida fluvial.

Os Tapirapé, outro povo que participa ativamente da Licenciatura Intercultural Indígena da UFG,

vivem em contato com os Karajá há séculos na região do Mato-Grosso. Os Avá-Canoeiro, os Tapirapé e os Tentehar, outro grupo atendido, pertencem ao Tronco Tupi e à família Tupi-Guarani.

Todos esses povos mantêm relações históricas com Goiânia-GO, cidade sede da UFG. A capital goiana tem se constituído, ao longo das últimas décadas, em um espaço de encontro desses indígenas, que ora buscam tratamento de saúde na Casa de Saúde Indígena (CASAI) hoje mantida pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, ora comercializando artesanato, realizando exposições, palestras, etc. A Licenciatura Intercultural Indígena veio estreitar ainda mais essa relação. Caso a proposta aqui apresentada para a formação do PET – Conexão de Saberes – venha a concretizar-se, teremos um forte incentivo para a continuidade de ações cada vez mais qualificadas em prol da autonomia e sustentabilidade dos povos indígenas com os quais compartilhamos um espaço de aprendizagem, via UFG, na cidade de Goiânia-GO. Afinal, quanto mais ações planejadas – e contextualizadas na interculturalidade, sustentabilidade e no bilingüismo – forem efetivadas em meio à formação de professores indígenas, mais oportunidades existirão para as comunidades indígenas traçarem os seus destinos e, deste modo, libertar-se da política de dominação cultural historicamente instituída em nosso país.

Vale dizer ainda que os povos indígenas da região Araguaia-Tocantins apresentam histórias de contato com a sociedade não-indígena que em muito se assemelham. Como consequência, isso os faz enfrentar conflitos também semelhantes. Daí surge mais um fator importante para a constituição de ações coletivas que envolvam todos os povos citados nessa seção.

C) A Licenciatura Intercultural Indígena da UFG

Os eixos de sustentação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFG propostos em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) são a Diversidade e a Sustentabilidade, definidos com base na realidade das sociedades indígenas, no reconhecimento da diferença étnica, na situação em que cada comunidade vive e no seu relacionamento com outros povos. Busca-se de modo continuado a valorização tanto dos contextos culturais, lingüísticos, políticos e econômicos quanto dos relacionamentos cotidianos dessas sociedades com a não-indígena.

Busca-se também valorizar os projetos político-pedagógicos das escolas indígenas, as políticas linguísticas adotadas nas aldeias, os programas alternativos de desenvolvimento econômico em andamento nas comunidades, bem como os projetos de futuro desses povos. Priorizam-se, ainda, as reivindicações das comunidades no que diz respeito à implantação de programas de valorização da cultura, como alternativa para o desenvolvimento de projetos nos quais os jovens possam ser envolvidos. Deste modo, o PET – Conexão de Saberes – harmoniza-se fortemente às pretensões e ações que vêm sendo construídas na Licenciatura Intercultural Indígena da UFG.

Uma importante finalidade do acima referido PPP é contribuir com os indígenas na solução de seus problemas e de atender às suas solicitações no que toca ao tipo de profissional que eles desejam e precisam para desenvolver seus projetos e, conseqüentemente, fortalecer sua cultura, com o fim de elevar sua auto-estima. Trata-se de aspectos importantes para a sobrevivência dos indígenas como povos etnicamente diferenciados.

O objetivo geral do curso específico oferecido aos povos indígenas da região Araguaia-Tocantins é formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Intercultural, para lecionar nas Escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com vistas a atender à demanda das comunidades indígenas no que toca à formação superior de seus professores, nas áreas de concentração de Ciências da Linguagem, Ciências da Natureza e Ciências da Cultura. Para efetivar esse objetivo, o currículo da Licenciatura Intercultural constitui-se da matriz de Formação Básica e das três matrizes de Formação Específica (citadas acima). Essas últimas lhes oferecem um leque de opções de estudo. As matrizes de Formação Básica do Professor e as de Formação Específica são compostas de temas referenciais, áreas de conhecimento e temas contextuais. A formação básica do professor tem duração de dois anos e a específica de três anos, resultando em um tempo total de cinco anos para a finalização do curso. Vale ressaltar que no final de 2010 será formada a primeira turma, cujos alunos ingressaram em 2007. Outro ponto que merece destaque é a realização de vestibulares anuais, o que veio concretizar a sustentabilidade do curso, conquista obtida por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI) efetivado pelo Governo Federal.

Pretende-se com essa proposta curricular propiciar ao professor indígena uma formação que lhe dê condições de promover autonomamente os seus projetos de educação-escolar, assessorando sua comunidade e lidando com os seus conhecimentos específicos de modo plural. O importante é que o professor tenha condições de colocar, efetivamente, a escola a serviço de sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento dos projetos de melhoria de vida. Entendemos que a proposta aqui apresentada irá potencializar sobremaneira a formação dos professores indígenas para a concretização sustentável do referido desenvolvimento.

A transdisciplinaridade e a interculturalidade são componentes/princípios basilares do Curso de Licenciatura Intercultural que vem sendo promovido pela UFG. Esses vêm sendo estabelecidos de forma dialógica, tanto no que se refere à relação entre as diferentes culturas quanto à interação entre as várias áreas do saber. Em meio a esses princípios, o currículo do Curso está fundamentado em uma política de valorização cultural; na busca de articulações entre teoria e prática que facilitem a integração, em diferentes espaços e projetos, de atividades de ensino, pesquisa e extensão; na valorização e promoção da pesquisa em ensino e em desenvolvimento de projetos alternativos de melhoria de vida. Assim concebido, o currículo ressalta, de modo crítico, produtivo e útil, seu caráter político e histórico, bem como entende a instituição escola não apenas como um lugar onde se realiza a (re)construção do conhecimento, mas, para além disso, como um lugar onde se reflete criticamente acerca de implicações sociais, políticas e econômicas referentes à realidade de cada povo.

No que tange à dinâmica de funcionamento do Curso, fazem parte do currículo aulas presenciais na UFG, em Terras Indígenas e nos Pólos (localizados em regiões próximas às áreas indígenas), conforme descrição a seguir:

- Períodos de formação na UFG: ocorrem duas etapas de 35 dias contínuos (8 horas/aula por dia, exceto domingos) durante os períodos de recesso do calendário das escolas indígenas, isto é, entre os meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto, quando são trabalhados conteúdos indicados nos temas contextuais das matrizes e orientações sobre pesquisa e estudo;
- A parte mais específica dos temas contextuais acontece em terras indígenas com o propósito de possibilitar o diálogo com os intelectuais indígenas e com os projetos desses povos;
- Acompanhamento permanente: ocorrem a partir de encontros programados com comitês de orientação, professores e lideranças indígenas nas comunidades;
- Estudos complementares: são realizadas aulas complementares visando suprir as necessidades não contempladas pelas matrizes teóricas: cursos de Língua Portuguesa e Estudos de Línguas maternas indígenas, informática, etc.;
- Realização de seminários de pesquisa, quando os professores indígenas podem socializar os resultados de seus estudos;
- Acompanhamentos da prática pedagógica e do estágio supervisionado: ocorrem sob a orientação dos docentes dos comitês de orientação;
- Acompanhamento de projetos alternativos sob orientação dos professores dos comitês de orientação do curso, conforme a área de abrangência do projeto.

No final do curso, o professor indígena deve apresentar um projeto alternativo de melhoria de vida para sua comunidade.

Entendemos que o conjunto de justificativas erguidas por meio dessas três seções (A, B e C) mostra que a implantação do PET na Licenciatura Intercultural da UFG irá contribuir de modo estruturante para a sustentabilidade do Curso como meio de aprofundamento do debate acerca das questões indígenas e, em particular, da formação de professores indígenas.

As novas ações que serão efetivadas por meio dessa proposta, aqui delineada, poderão oportunizar aos licenciandos indígenas novas perspectivas e possibilidades para a construção de escolas indígenas representativas dos desejos de seus povos, bem como poderão desenvolver/firmar competências que

possam integrar as dimensões conceitual, pedagógica e sociocultural acerca da interculturalidade. Um enriquecimento relativo a estudos e experiências extracurriculares, correlacionados aos temas contextuais da Licenciatura Intercultural, poderá propiciar um aprofundamento da aprendizagem e dos modos de ensinar, desencadeando em um processo de formação crítica e autônoma do professor indígena.

Por todos os motivos apresentados até aqui, os alunos que participarem diretamente do PET, bem como aqueles que estiverem envolvidos de modo indireto, terão a oportunidade de alcançar um novo patamar qualitativo no que tange às suas atividades acadêmicas e extra-acadêmicas e à integração entre os licenciandos e docentes do colegiado da Licenciatura Intercultural. Ficará claro, pelas atividades propostas, as quais serão detalhadas mais a frente, que a constituição de um debate permanente acerca da construção de escolas indígenas específicas – representativas da realidade de cada povo –, a elaboração de atividades de ensino e recursos didáticos específicos – também harmonizados à realidade de cada etnia –, pesquisas de campo e trabalhos de extensão nas comunidades – e fora delas – serão trabalhados de modo intenso, o que vem justificar ainda mais essa proposta, visto que se trata de necessidades consensuais discutidas em diferentes meios, nacional e internacionalmente, em relação à formação de professores indígenas.

1.4.2 Objetivos

Objetivo geral

Promover ações individuais e coletivas – de ordem educacional, social e cultural – por meio de projetos cooperativos que atendam às vertentes do ensino, pesquisa e extensão, visando potencializar a formação dos licenciandos indígenas da Licenciatura Intercultural da UFG em relação aos seus conhecimentos tradicionais, práticas educacionais escolares e não-escolares, valores éticos e consciência crítica sobre as questões político-sociais que permeiam as necessidades dos seus povos.

Objetivos específicos

- a. Efetivar um diálogo de cunho intercultural entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos construídos na academia;
- b. Ampliar a relação entre a universidade e as comunidades indígenas, assim como com seus interesses e tradições;
- c. Aprofundar a formação dos licenciandos indígenas como educadores, pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e nas comunidades indígenas em que vivem;
- d. Estimular a formação de novas lideranças indígenas capazes de articular competência acadêmica com compromisso sócio-político-cultural;
- e. Promover um debate permanente relativo à Educação Indígena e à Educação Escolar Indígena, estabelecendo um espaço de estudo, pesquisa e desenvolvimento de ações de extensão;
- f. Sensibilizar as comunidades indígenas e a sociedade não indígena a respeito da necessidade de as escolas indígenas valorizarem os saberes étnicos;
- g. Envolver os licenciandos indígenas na discussão, reflexão, análise e crítica acerca dos recursos didáticos atualmente utilizados nas escolas de suas comunidades;
- h. Envolver os licenciandos indígenas na construção de atividades de ensino e recursos didáticos específicos a serem utilizados nas escolas de suas comunidades;
- i. Sensibilizar os alunos do Curso a buscar de modo continuado informações relativas aos atuais debates realizados acerca das necessidades dos povos indígenas construir escolas diferenciadas e efetivamente representativas de seus povos;
- j. Promover no aluno bolsista atitudes de busca e construção individual e coletiva, viabilizando a ele um exercício efetivo de cidadania, formando-o para atuar na sociedade como um agente de transformação social;
- k. Produzir conhecimentos acerca do campo da Educação Escolar Indígena;
- l. Constituir um espaço de intercâmbio, via internet, entre os licenciandos indígenas, os moradores

indígenas da região Araguaia-Tocantins, professores indígenas de outras regiões do país e a população em geral, propiciando o amadurecimento individual e coletivo em prol de uma aprendizagem transformadora;

m. Socializar e divulgar as ações, atividades e os produtos obtidos pelo grupo formado pelo PET – Conexão de Saberes – por meio de veiculações intermediadas por seminários, apresentações artísticas, eventos científicos, internet, recursos audiovisuais, boletins, jornais, livros, entre outros;

n. Oferecer condições para a implantação de ações inter e transdisciplinares, onde licenciandos e profissionais de áreas distintas possam desenvolver estudos e reflexões sobre atividades de ensino contextualizadas em realidades indígenas.

1.5 Anexos

Nome	Tipo
diploma_de_doutorado	Cópia do Diploma de Doutor ou, excepcionalmente, de mestre
declaracao_regime_de	Declaração da Instituição indicando o Regime de Trabalho do Tutor
declaracao_nao_bolsi	Declaração do Tutor indicando que não possui qualquer outro tipo de bolsa
regiao_araguaia_toca	Outro
declaracao_proreitor	Carta de Aprovação pelas Pró-Reitorias de Graduação e Extensão - PET/Conexões de Saberes

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da UFG

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Mônica Thereza Soares Pechincha	Dedicação exclusiva	UFG	152 hrs	Colaborador(a), Pesquisador(a) - Professor(a)
Mônica Veloso Borges	Dedicação exclusiva	UFG	152 hrs	
Roberto Barcelos Souza	40 horas	UFG	76 hrs	Colaborador(a), Pesquisador(a) - Professor(a)
Rogério Ferreira	Dedicação exclusiva	UFG	640 hrs	Coordenador, Tutor

Discentes da UFG

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Patrícia Magalhães Pinheiro	Mestrado Em Educação de Ciências e Matemática	UFG	124 hrs	Colaborador(a)
Rafaella Rodrigues Santos	Educação Em Ciências e Matemática	UFG	124 hrs	Colaborador(a)

Técnico-administrativo da UFG

Não existem Técnicos na sua atividade

Outros membros externos a UFG

Não existem Membros externos na sua atividade

Coordenador:

Nome: Rogério Ferreira

Nº de Matrícula: 1543810

CPF: 52997995191

Email: rogerio.gell@gmail.com

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato: 62 32232365 / 62 81762034

Tutor:

Nome: Rogério Ferreira

Nº de Matrícula: 1543810

CPF: 52997995191

Email: rogerio.gell@gmail.com

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato: 62 32232365 / 62 81762034

2.2 Cronograma de Atividades

Atividade:

1. Espaço continuado de debate

Trata-se da efetivação de um espaço continuado de debate relativo ao tema central dessa proposta, as "Diretrizes para construção de uma escola indígena diferenciada e representativa de seus povos". Esse espaço tem o propósito de estabelecer um canal permanente de estudo e pesquisa acerca da referida construção, constituindo-se em um suporte para a efetivação de problematizações que possam desencadear no desenvolvimento de pesquisas que busquem novas soluções e apontamentos contextualizados para a gestão educacional e as ações docentes no âmbito das aldeias, bem como para o desenvolvimento de ações de extensão que objetivem cuidar das relações entre escola e comunidade. A dinâmica de funcionamento desse espaço interativo dar-se-á em duas frentes:

- a primeira terá cunho presencial e será conduzida por meio de reuniões do tutor com o grupo de bolsistas durante as etapas da Licenciatura Intercultural

Indígena realizadas na UFG, bem como por meio de trabalhos de orientação dos demais professores envolvidos com o programa nas etapas ocorridas em terras indígenas e nos pólos.

- a segunda terá caráter não presencial e será efetivada por meio do recurso intitulado “Redes Sociais Ning” que funciona via internet e constitui uma plataforma virtual apoiada nas seguintes ferramentas digitais: fórum, chat, vídeos, imagens, webmail, biblioteca, dentre outras. Essa modalidade viabilizará a concretização do espaço de debate como meio efetivamente continuado. Vale ressaltar que essa frente está em harmonia com o item 3.2.8 do edital PET 2010 – MEC/SESu/SECAD – Conexão de Saberes –, ao qual concorre essa proposta, isto é, com a “utilização intensiva de tecnologias e metodologias de apoio à aprendizagem” nas ações do PET.

Essa atividade, além de contribuir para efetivação do objetivo geral dessa proposta, atende diretamente aos seguintes itens dos objetivos específicos: b, d, e, f, i, k, l.

Início:	Dez/2010	Duração:	13 Meses
Carga Horária:	44 Horas/Mês		
Responsável:	Rogério Ferreira (C.H. 16 horas/Mês)		
Membros Vinculados:	Mônica Thereza Soares Pechincha (C.H. 8 horas/Mês) Roberto Barcelos Souza (C.H. 4 horas/Mês) Rafaella Rodrigues Santos (C.H. 4 horas/Mês) Patrícia Magalhães Pinheiro (C.H. 4 horas/Mês) Mônica Veloso Borges (C.H. 8 horas/Mês)		

Atividade: 2. Oficina permanente de produção de recursos didáticos específicos

Trata-se da constituição de uma oficina permanente voltada à produção de recursos didáticos específicos para as realidades dos professores indígenas em formação. As escolhas das modalidades em que essas produções serão realizadas contarão com o apoio das problematizações erguidas no espaço de debate continuado mencionado no item anterior, bem como em um rol de diretrizes que será estabelecido por meio de reuniões presenciais específicas para tratar deste tema nas etapas da Licenciatura Intercultural Indígena realizadas na UFG, em Goiânia-GO. Deste modo, o grupo refletirá a respeito das possibilidades de se confeccionar artefatos, produzir livros, jogos, jornais, vídeos, materiais manuseáveis, entre outras possibilidades, a fim de atender às necessidades locais de cada escola de modo contextualizado e, portanto, significativo à comunidade.

Após as primeiras definições do grupo, a produção será efetivada por meio do desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão nas aldeias a fim de coletar dados e gerar debate entre as lideranças indígenas acerca de quais são, efetivamente, as questões mais relevantes a serem atendidas pelos recursos didáticos. O respeito às concepções da comunidade é fundamental para, de modo harmônico, aproximá-la da escola. Esse cuidado é fundamental a fim de não causar rupturas sociais no âmbito das organizações indígenas.

Assim, como na ação apresentada no item anterior, essa atividade contará também com o apoio da tecnologia computacional “Ning” a fim de tornar permanente e regularmente acompanhados pelo tutor os trabalhos propostos

pela oficina em torno da produção de recursos didáticos específicos.

Vale ainda destacar que, dada a escassez de recursos didáticos específicos hoje observada nas realidades indígenas da região Araguaia-Tocantins, muitos professores indígenas estão fazendo uso, a contragosto deles próprios, de recursos didáticos contextualizados em outras realidades, os quais comumente desrespeitam os seus saberes, os seus valores, seus desejos, enfim, suas culturas. Isso vem justificar sobremaneira a ação aqui proposta como meio de reverter esse quadro que se faz comum em diferentes regiões do Brasil.

Essa atividade, além de contribuir para efetivação do objetivo geral dessa proposta, atende diretamente aos seguintes itens dos objetivos específicos: a, c, f, g, h, m.

Início:	Jan/2011	Duração:	12 Meses
Carga Horária:	26 Horas/Mês		
Responsável:	Rogério Ferreira (C.H. 16 horas/Mês)		
Membros Vinculados:	Roberto Barcelos Souza (C.H. 2 horas/Mês)		
	Rafaella Rodrigues Santos (C.H. 2 horas/Mês)		
	Patrícia Magalhães Pinheiro (C.H. 2 horas/Mês)		
	Mônica Veloso Borges (C.H. 4 horas/Mês)		

Atividade: 3. Memória educacional indígena

Trata-se da organização, levantamento e registro permanente de relatos de experiência, de característica crítico-analítica, relativos a experiências educacionais não somente voltadas às práticas escolares, mas também aos modos de educar tradicionais de cada povo. Essa memória constituirá um arquivo permanente não só impresso, mas também eletrônico, com veiculação, via internet, pela plataforma Ning. Os diferentes veículos (projetos, estágio supervisionado, temas contextuais, programas, etc.) já em andamento na Licenciatura Intercultural, e que visam dar suporte ao planejamento e execução de ações pedagógicas pelos professores indígenas em formação, constituirão fontes importantes para a constituição da referida memória.

A ideia central é que as experiências docentes não fiquem isoladas ao universo de um professor específico, mas sejam produzidas e compartilhadas por todos os professores indígenas em formação na Licenciatura Intercultural Indígena, bem como pelos demais professores por todo o mundo. Esse uso tecnológico irá propiciar a entrada dos professores indígenas em espaços antes a eles inacessíveis devido aos processos continuados de marginalização e preconceito a que foram submetidos pela sociedade não indígena.

Essa memória interligará de modo substancial os alunos bolsistas e voluntários que comporão o PET com os demais alunos da Licenciatura Intercultural. Os bolsistas irão constituir importantes vetores de motivação e organização das práticas pedagógicas realizadas nas aldeias. Vale destacar que isso irá potencializar os seminários acerca das referidas práticas pedagógicas (construídas em meio a atividades de estágio) que já ocorrem em cada uma das etapas do Curso e nas aldeias, as quais têm constituído parte essencial da formação dos professores indígenas.

Além disso, essa memória não só poderá constituir um legado para os professores indígenas debaterem continuamente acerca dos seus fazeres educacionais, como poderá também contribuir, paulatinamente, para a

construção de uma identidade indígena acerca da relação entre os modos tradicionais de educar e os modos escolares indígenas de promover a aprendizagem.

Essa atividade, além de contribuir para efetivação do objetivo geral dessa proposta, atende diretamente aos seguintes itens dos objetivos específicos: b, c, h, i, j, k, l, m, n.

Início:	Jan/2011	Duração:	12 Meses
Carga Horária:	20 Horas/Mês		
Responsável:	Rogério Ferreira (C.H. 12 horas/Mês)		
Membros Vinculados:	Mônica Thereza Soares Pechincha (C.H. 4 horas/Mês) Rafaella Rodrigues Santos (C.H. 2 horas/Mês) Patrícia Magalhães Pinheiro (C.H. 2 horas/Mês)		

Atividade: 4. Coral Aoxekato

Trata-se da formação de um coral de natureza intercultural, com a participação direta de alunos de todas as etnias participantes da Licenciatura Intercultural, bem como de pessoas da sociedade não indígena que reconhecidamente apresentem compromisso social e político com as causas indígenas. O Coral Aoxekato, além de intencionar constituir-se como um espaço artístico, objetiva tornar-se um meio de valorização da interculturalidade e de inserção política, no sentido de o indígena buscar se fazer presente como protagonista em espaços das sociedades indígenas e não indígenas. Isso será efetivado por meio de apresentações que procurarão ser interativas, buscando fazer nascer um diálogo entre os participantes do coral e o público. Deste modo, trata-se de um coral não convencional, onde a prática do canto torna-se um meio dialógico que objetiva oportunizar ao espectador inserir-se como sujeito em uma troca com o Coral. Assim, o público poderá aprender e refletir sobre saberes outros com os professores indígenas em formação que participam do Coral.

Os cantos que irão formar o repertório do Coral serão originários de diferentes realidades por todo o mundo, com ênfase nos cantos germinados nas realidades indígenas da região Araguaia-Tocantins. É fundamental compreender que essa atividade possui caráter de extensão, mas não se limita a ele, visto que os cantos indígenas em sua maioria compreendem uma realidade maior, envolta por mitos de origem, rituais, valores, enfim, conhecimentos próprios das realidades indígenas que deverão ser respeitados e valorizados por meio de buscas investigativas em cada uma das aldeias. Logo, a prática de pesquisa será parte importante das atividades do Coral. Além disso, tem-se por meta que todo o conhecimento erguido a partir das práticas de extensão e pesquisa seja revertido em prol de práticas pedagógicas interculturais nas escolas indígenas.

É importante destacar que o Coral Aoxekato contará com um diferencial a mais em relação aos corais convencionais: a coordenação/regência de cada canto será assumida por um representante distinto que ira conduzi-lo em acordo com os seus saberes étnicos tradicionais. Deste modo, serão respeitadas as diferentes culturas participantes do Coral, inclusive no que tange à possibilidade ou não de determinado canto participar do repertório do grupo. Sabe-se que muitos cantos se relacionam diretamente com rituais sagrados e que, por essa razão, não podem ser retirados dos seus contextos de origem. Por isso, o Coral Aoxekato surgirá com um compromisso ético, entre todos os envolvidos, de

respeito e valorização de cada uma das culturas participantes. Por fim, vale dizer que “aoxekato” é um termo da língua tapirapé que se relaciona com o ato de cumprimentar o outro de modo cordial, com alto astral e alegria. Espera-se que a beleza sonora da palavra, bem como o seu significado, venha refletir as atividades do Coral.

Essa atividade, além de contribuir para efetivação do objetivo geral dessa proposta, atende diretamente aos seguintes itens dos objetivos específicos: a, c, d, f, j, k, l, m.

Início:	Jan/2011	Duração:	12 Meses
Carga Horária:	12 Horas/Mês		
Responsável:	Rogério Ferreira (C.H. 8 horas/Mês)		
Membros Vinculados:	Rafaella Rodrigues Santos (C.H. 2 horas/Mês) Patrícia Magalhães Pinheiro (C.H. 2 horas/Mês)		

Local _____, 17/09/2010

Rogério Ferreira
Coordenador(a)/Tutor(a)
